

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.421.337 - MA (2018/0342815-6)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : ARACATI CONSTRUÇOES E INCORPORACOES LTDA
AGRAVANTE : ARACATI OFFICE SPE 04 CONSTRUÇOES E
INCORPORACOES LTDA
ADVOGADOS : SANDRA FROTA ALBUQUERQUE DINO DE CASTRO E
COSTA - MA003097
GILBERTO WANDERLEY ESPINOLA - DF044863
AGRAVADO : DANIELA DE JESUS BONFIM FERREIRA
AGRAVADO : FERNANDO ANTONIO DA SILVA FERREIRA
ADVOGADOS : FERNANDO ANTÔNIO DA SILVA FERREIRA - MA005148
CELIA TERESA DE MESQUITA GUERREIRO - MA012392

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA. SÚMULA 182/STJ.

1. O agravo interposto contra decisão denegatória de processamento de recurso especial que não impugna, especificamente, todos os fundamentos por ela utilizados, não deve ser conhecido.
2. Agravo não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial pelos seguintes fundamentos: *i*) necessidade de reexame de fatos e provas (Súmula 7/STJ); e *ii*) ausência de comprovação do dissídio jurisprudencial alegado.

Entretanto, a parte agravante, limitando-se a reiterar as razões apresentadas quando da interposição do recurso especial, não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade da Súmula 7/STJ, notadamente quanto aos artigos 300 e 311 do CPC.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os

fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Alerto que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1021, §4º e 1026, §2º do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI
Relatora